

Clipping UERGS - Assessoria de Comunicação (Ascom)

Assunto: Aprovado projeto que pode gerar até 300 empregos

Veículo: Gazeta do Sul

Editoria/Coluna: Geral

Data: 22-03-2022

Local/Abrangência: Santa Cruz do Sul

Link/Página:

<https://admin.uergs.rs.gov.br/upload/arquivos/202203/22134257-gazeta-do-sul-22-03-2022.pdf>

Formato:

Impresso

Internet

Rádio

TV

Enfoque:

Positivo

Negativo

Neutro

Os vereadores de Santa Cruz aprovaram ontem à noite um projeto que abre caminho para a criação de até 300 empregos diretos no município. A proposta autoriza a Prefeitura a ceder duas áreas à empresa responsável pela obra de duplicação da RSC-287.

A empresa é a Sacyr Construccion S/A do Brasil, integrante do grupo espanhol Sacyr, que também controla a concessionária Rota de Santa Maria. Com extensão total de 29,6 mil metros quadrados, as áreas ociosas compõem o complexo da antiga Escola Murilo Braga de Carvalho, que funcionou até 2007 e, após anos de impasse com o governo do Estado, teve a posse retomada pela Prefeitura no ano passado. Ao todo, o terreno tem mais de 430 mil metros quadrados.

Segundo o gerente de obra da Sacyr, Javier Hidalgo, o plano inclui a instalação de uma fábrica de pré-moldados que serão usados nas obras de recuperação e duplicação da rodovia, além de escritório, laboratório e área destinada para estocagem dos materiais fabricados. Embora pelo calendário da concessão a duplicação só deva começar em agosto do ano que vem, a estrutura vai começar a ser implantada em dois a três meses e a projeção é de atingir até 300 colaboradores, sem contar a demanda por serviços terceirizados. "Santa Cruz do Sul foi escolhida por ter boa infraestrutura e por uma questão logística para a obra", alegou Hidalgo.

A cedência das áreas terá prazo de cinco anos, com possibilidade de prorrogação. A duplicação, que vai alcançar os 204,5 quilômetros entre Tabaí e Santa Maria, deve começar pelos trechos urbanos, que ficam junto aos acessos aos seis municípios atravessados pela rodovia. A projeção é de que, em nove anos, 65% da rodovia esteja duplicada, incluindo o trecho mais movimentado, entre Tabaí e Candelária. Os últimos trechos, entre Novo Cabrais e Paraíso do Sul e entre Paraíso do Sul e Santa Maria, só serão duplicados entre o 19º e o 21º ano de concessão.

A aprovação na Câmara se deu por unanimidade. Na tribuna, o líder de governo, Henrique Hermany (PP), exaltou a cedência das áreas para impulsionar a economia local e frisou que a medida não afetará a permanência da **Universidade Estadual do Rio**

Grande do Sul (Uergs), cujo prédio também fica no complexo da Murilo Braga.

Em julho do ano passado, a Câmara já havia aprovado uma redução de 50% na base de cálculo do ISSQN sobre os serviços prestados pela Rota de Santa Maria até 2025. A concessionária, que emprega diretamente em torno de 160 pessoas, tem a sua sede administrativa na Avenida Independência.

FLEXIBILIZAÇÃO DOS FOGOS CAUSA DEBATES

O ingresso na pauta de um projeto de lei que flexibiliza a proibição dos fogos de artifício com estampido no município gerou intensos debates entre os vereadores na sessão de ontem. Pela proposta, só ficariam vedados os fogos que ultrapassem 100 decibéis à distância de 100 metros de sua deflagração. O texto é assinado pelo vereador Jair Eich (PP) e subscrito por Ilário Keller (PP), Licério Agnes (PSD) e por Carlão Smidt (PSDB).

Autora da lei de 2020 que proibiu os artefatos com ruído, Bruna Molz (Republicanos) voltou a contestar a iniciativa dos colegas.

Alegou que, embora a legislação estadual seja mais branda, a norma municipal já teve reconhecida a constitucionalidade em tribunais e flexibilizar representaria, na prática, uma liberação total. "Como as pessoas vão medir os decibéis em casa? Não tem por que retroagir em uma lei que já é de difícil fiscalização", afirmou. Bruna disse ainda que a nova proposta "vai contra uma tendência mundial" e estudos apontam que o barulho dos fogos afetam não apenas animais, mas também autistas e idosos. Outros vereadores, como Cleber Pereira (União Brasil) e Nicole Weber (PTB), também criticaram o projeto. "Se hoje não conseguem fiscalizar, imagina como vai ser se tiverem que verificar se o barulho tem mais de 100 decibéis", questionou Cléber.

Na contramão, Ilário afirmou que a proibição absoluta "não tem dado resultado" e os fogos com estampido continuam sendo utilizados. Disse ainda que o objetivo da proposta é "buscar o equilíbrio". "Queremos fazer algo que seja viável e possa ser fiscalizado", disse. O progressista ainda alegou ter recebido "centenas" de manifestações favoráveis à iniciativa nos últimos dias.

Antes da sessão, o assunto causou tensão em um grupo de WhatsApp de vereadores governistas. Bruna queixou-se do fato de não ter sido procurada pelos colegas antes de o projeto ser protocolado. "Decepção não mata, mas ensina muito", escreveu.

Na tribuna, Eich rebateu a republicana. "Nunca fui questionado sobre um projeto antes de ingressar. Sempre fico sabendo só quando a pauta é publicada", alegou.